

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
5	CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	13
6	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	13
7	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	15
8	PROVISÕES PARA LITÍGIOS.....	16
9	DIVIDENDOS DECLARADOS.....	17
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
11	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
12	PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	19
13	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
14	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	20
15	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	20
16	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	24
17	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	24
18	EVENTOS SUBSEQUENTES	25



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Alexandre de Souza Silva'.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	128.447	144.958
Investimentos temporários	7.3	276.164	166.395
Concessionárias e permissionárias	5	40.793	34.061
Serviços em curso		2.358	1.458
Tributos compensáveis		16.400	13.581
Despesas pagas antecipadamente		74	86
Outros ativos circulantes		6.810	15.449
Total do ativo circulante		471.046	375.988
Não circulante			
Tributos compensáveis		311	303
Imobilizado	6.1	1.032.960	1.062.810
Intangível	6.2	18.763	19.357
Total do ativo não circulante		1.052.034	1.082.470
Total do ativo		1.523.080	1.458.458

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		12.047	12.856
Empréstimos e financiamentos	7	53.924	50.559
Obrigações sociais e trabalhistas		6.732	1.739
Tributos a recolher		12.964	11.029
Dividendos declarados	9	11.654	11.539
Encargos setoriais		3.374	2.838
Outros passivos circulantes		9.571	9.285
Total do passivo circulante		110.266	99.845
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	1.101.076	1.099.662
Tributos a recolher		94	94
Outros passivos não circulantes		276	281
Total do passivo não circulante		1.101.446	1.100.037
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	209.694	209.694
Reservas de lucros	10.2	101.674	48.882
Total do patrimônio líquido		311.368	258.576
Total do passivo e patrimônio líquido		1.523.080	1.458.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		283.724	284.667
Transmissão de energia elétrica		283.724	284.664
Outras receitas		-	3
Tributos		(29.569)	(24.632)
PIS-PASEP		(5.275)	(4.442)
COFINS		(24.294)	(20.190)
Encargos - Parcela "A"		(3.651)	(3.953)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.654)	(2.545)
Taxa de fiscalização		(997)	(1.408)
Receita líquida / Ingresso líquido	11	250.504	256.082
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(48.056)	(43.774)
Pessoal e administradores	12	(8.803)	(4.896)
Material		(307)	(598)
Serviços de terceiros		(5.723)	(5.492)
Arrendamento e aluguéis		(46)	(30)
Depreciação e amortização		(32.688)	(32.907)
Outros		(489)	149
Resultado da Atividade		202.448	212.308
Resultado Financeiro		(75.183)	(93.030)
Receitas financeiras		39.137	32.043
Despesas financeiras		(114.320)	(125.073)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		127.265	119.278
Despesa com impostos sobre o lucro	13	(8.978)	(7.276)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.978)	(7.276)
Lucro líquido do exercício		118.287	112.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	<u>118.287</u>	<u>112.002</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>118.287</u>	<u>112.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>209.694</u>	<u>(30.972)</u>	<u>-</u>	<u>178.722</u>
Lucro do exercício:		-	-	112.002	112.002
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(8.524)	-	(8.524)
Constituição de reserva legal		-	6.452	(6.452)	-
reserva de incentivos fiscais		-	27.795	(27.795)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.226)	(1.226)
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	(12.085)	(12.085)
Dividendos adicionais propostos		-	53.841	(53.841)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(10.313)	-	(10.313)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		-	10.603	(10.603)	10.603
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>209.694</u>	<u>48.882</u>	<u>-</u>	<u>258.576</u>
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos		-	(53.841)	-	(53.841)
Lucro do exercício		-		118.287	118.287
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		-	(82.644)	82.644	-
Destinação Proposta à A.G.O.:					
Constituição de reserva legal	10.2 (b)	-	1.718	(1.718)	-
Reserva de incentivos fiscais	10.2 (a)	-	29.082	(29.082)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.702)	(1.702)
Dividendos adicionais propostos	10.2 (c)	-	168.429	(168.429)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(9.952)	-	(9.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>209.694</u>	<u>101.674</u>	<u>-</u>	<u>311.368</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro do exercício	118.287	112.002
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortização	32.736	32.908
Baixas do ativo imobilizado	1.713	-
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	114.458	113.081
Rendimentos de aplicações financeiras	(40.183)	(33.598)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	9.021	7.276
	236.032	231.669
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	(6.732)	(8.269)
Tributos compensáveis	(1.986)	7.402
Despesas pagas antecipadamente	12	(86)
Outros ativos	7.739	(15.671)
Fornecedores	(809)	(1.100)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.993	1.739
Tributos a recolher	164	616
Outros passivos a pagar	281	6.505
Encargos setoriais	536	1.091
	4.198	(7.773)
Caixa gerado das (aplicado nas) atividades operacionais		
Rendimentos de aplicações financeiras	40.183	33.598
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(59.221)	(59.865)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.091)	(7.918)
	213.101	189.711
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(3.910)	(2.803)
Aquisições no ativo intangível	(95)	-
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	(109.769)	(119.516)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(113.774)	(122.319)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(50.458)	(46.544)
Dividendos pagos	(65.380)	(30.571)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(115.838)	(77.115)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(16.511)	(9.723)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144.958	154.681
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	128.447	144.958
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(16.511)	(9.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (“Outorgada”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do Grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Outorgada tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na:

(a) Linha de Transmissão (LT) Igarorã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarorã III e término na Subestação Janaúba 3^(*);

(b) LT Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino^(*); e

(c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500kV – parte 1)^(*).

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 012/2017 assinados entre a ANEEL e a Outorgada em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 16 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 30 de abril de 2025.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 26 de março de 2025, apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Concessionárias e permissionárias

Os saldos de concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	30.396	753	1.372	2.794	5.478	40.793	34.061
Total	30.396	753	1.372	2.794	5.478	40.793	34.061

A Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Transmissão								
Terrenos	151	-	-	151	-	-	151	151
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	21.327	-	-	21.327	-	(2.001)	19.326	20.037
Máquinas e Equipamentos	1.104.648	-	-	1.104.648	-	(101.464)	1.003.184	1.034.436
Veículos	587	-	-	587	-	(187)	400	484
Subtotal	1.126.713	-	-	1.126.713	-	(103.652)	1.023.061	1.055.108
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Máquinas e Equipamentos	5.520	3.133	(1.694)	6.959	1.439	-	6.959	5.520
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.092	274	(19)	2.347	255	-	2.347	2.092
Veículos	90	503	-	593	503	-	593	90
Subtotal	7.702	3.910	(1.713)	9.899	2.197	-	9.899	7.702
Total do Ativo Imobilizado	1.134.415	3.910	(1.713)	1.136.612	2.197	(103.652)	1.032.960	1.062.810

			2024	2023
Ativo Imobilizado em Serviço	Taxas	Valor Bruto	Depreciação e	Valor líquido
R\$ Mil	anuais médias de		Amortização	
	depreciação (%)		Acumulada	Valor líquido
Transmissão	3,12%			
Custo Histórico		1.126.713	(103.652)	1.023.061
		1.126.713	(103.652)	1.023.061
	Em curso			
Transmissão		9.899	-	9.899
		9.899	-	9.899
		1.136.612	(103.652)	1.032.960

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	254	-	20	274
Máquinas e equipamentos	1.116	1.861	156	3.133
Veículos	-	-	505	505
Total das adições	1.370	1.861	681	3.912

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	12,18%
Estrutura Geral	2,88%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para o exercício de 2024, não houve adição ao imobilizado em serviço.

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	21.113	-	21.113	-	(2.801)	18.312	19.001
Servidões	16.296	-	16.296	-	-	16.296	16.296
Softwares	3.166	-	3.166	-	(2.374)	792	1.425
Outros	1.651	-	1.651	-	(427)	1.224	1.280
Subtotal	21.113	-	21.113	-	(2.801)	18.312	19.001
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	88	95	183	95	-	183	88
Softwares	36	95	131	95	-	131	36
Outros	52	-	52	-	-	52	52
Administração	268	-	268	-	-	268	268
Softwares	268	-	268	-	-	268	268
Subtotal	356	95	451	95	-	451	356
Total do Ativo Intangível	21.469	95	21.564	95	(2.801)	18.763	19.357

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Empréstimos e financiamentos

7.1 Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim plente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.381	51.543	1.101.076	1.155.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcredito A	1.159	31.226	530.848	563.233	Sim	abr-19	fidejussória	IPCA	5,32%	15/01/25	Mensal	15/01/25	15/12/42	Mensal	SAC
BNDES - Subcredito B	1.222	20.418	571.942	593.582	Sim	abr-19	fidejussória	Pré	5,32%	31/05/25	Mensal	31/05/25	15/12/42	Mensal	Price
CCAP - BNDES	-	(101)	(1.714)	(1.815)	Sim	abr-19	N/A	N/A	-	15/01/25	Mensal	15/01/25	15/12/42	Mensal	N/A

7.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	52.631	53.777	54.984	56.256	57.595	825.833	1.101.076
BNDES - Subcredito A	31.226	31.226	31.226	31.226	31.226	374.718	530.848
BNDES - Subcredito B	21.506	22.652	23.859	25.131	26.470	452.324	571.942
CCAP - BNDES	(101)	(101)	(101)	(101)	(101)	(1.209)	(1.714)

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal Curto Prazo	Saldo 2024	Saldo 2023
Ativos Financeiros	404.611	404.611	311.353
Saldo final de caixa - Conta 111	8.802	8.802	8.554
Aplicação financeira CDB	119.645	119.645	136.404
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	128.447	128.447	144.958
Aplicação financeira Fundos DI	276.164	276.164	166.395
Investimentos temporários - subtotal	276.164	276.164	166.395

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2024	Saldo 2023
(+) Dívida Bruta	2.381	51.543	1.101.076	1.155.000	1.150.221
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.381	51.543	1.101.076	1.155.000	1.150.221
(-) Ativos Financeiros	-	(404.611)	-	(404.611)	(311.353)
Alta Liquidez	-	(404.611)	-	(404.611)	(311.353)
(+) Dívida Líquida I	2.381	(353.068)	1.101.076	750.389	838.868

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Outorgada possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

8 Provisões para litígios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

8.1 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Outorgada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. Não há contingências com probabilidade de perda possível em 2024 (R\$ 429, em contingências cíveis, em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverá ser calculado tomando por base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício (societário)	200.931	156.840
(-) Reserva de incentivo fiscal	(29.082)	(27.795)
(-) Reserva legal	(1.718)	(6.452)
Lucro líquido ajustado	170.131	122.593
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.702	1.226
Realização da Reserva de Lucros a Realizar – Dividendos mínimos	9.952	10.313
Dividendos intermediários distribuídos	-	12.085
Dividendos adicionais propostos	168.429	53.841
Total dividendos	180.083	77.465

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.962
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	8.524
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	1.226
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	12.085
Dividendos da reserva de lucro a realizar	10.313
Pagamento de dividendos no exercício	(30.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.539
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	53.841
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.702
Dividendos da reserva de lucro a realizar	9.952
Pagamento de dividendos no exercício	(65.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.654

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das Outorgadas. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Outorgada subscrito é de R\$ 213.199, e totalmente integralizado é de R\$ 209.694.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital está representado por 213.198.792 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Outorgada.

De acordo com o Estatuto Social, a Outorgada está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2024	2023
Reserva de incentivos fiscais	(a)	83.013	53.931
Reserva legal	(b)	41.745	40.027
Reserva de dividendos adicionais propostos	(c)	168.429	53.841
Proventos excedentes da contabilidade societária	(d)	(191.513)	(98.917)
Total		101.674	48.882

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Outorgada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 83.013 (R\$ 53.931 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 29.082 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2024.

b. Reserva de legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 41.745 (R\$ 40.027 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 26 de março de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 18 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 168.429 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 53.841 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

d. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é negativo em R\$ 191.513 (negativo em R\$ 98.917 em 31 de dezembro de 2023)

11 Receita operacional líquida

	2024	2023
Transmissão de energia elétrica	283.724	284.667
Receita operacional bruta	283.724	284.667
Tributos		
PIS-PASEP	(5.275)	(4.442)
COFINS	(24.294)	(20.190)
	(29.569)	(24.632)
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.654)	(2.545)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(997)	(1.408)
	(3.651)	(3.953)
Receita operacional líquida	250.504	256.082

12 Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal	(7.775)	(3.881)
Remuneração	(1.139)	(2.188)
Encargos	(3.460)	(60)
Previdência privada - corrente	(320)	(179)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(1.146)	(598)
Outros benefícios - corrente	(1.509)	(856)
Outros	(201)	-
Administradores	(1.028)	(1.015)
Remuneração	596	(683)
Benefícios dos administradores	(1.624)	(332)
Total	(8.803)	(4.896)

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	127.265	119.278
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(43.270)	(40.555)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	29.082	27.794
Ativo contratual - CPC 47	5.210	5.485
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.978)	(7.276)

(a) A Outorgada obteve em 2021 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

14 Revisão e reajuste tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Outorgada é de R\$ 268.376, homologado pela REH 3.348/2024.

14.2 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Outorgada ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,43% a RAP.

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		128.447	-	128.447	144.958	-	144.958
Investimentos temporários		276.164	-	276.164	166.395	-	166.395
Concessionárias e permissionárias		40.793	-	40.793	34.061	-	34.061
Serviços em curso		2.358	-	2.358	1.458	-	1.458
Tributos compensáveis		16.400	-	16.400	13.581	-	13.581
Despesas pagas antecipadamente		74	(28)	46	86	-	86
Ativos de contratos	15.1	-	296.260	296.260	-	302.858	302.858
Outros ativos circulantes		6.810	28	6.838	15.449	-	15.449
Total do ativo circulante		471.046	296.260	767.306	375.988	302.858	678.846
Não circulante							
Tributos compensáveis		311	-	311	303	-	303
Ativo de contratos	15.1	-	2.026.424	2.026.424	-	1.955.986	1.955.986
Imobilizado	15.2	1.032.960	(1.032.960)	-	1.062.810	(1.062.810)	-
Intangível	15.3	18.763	(17.538)	1.225	19.357	(18.077)	1.280
Total do ativo não circulante		1.052.034	975.926	2.027.960	1.082.470	875.099	1.957.569
Total do ativo		1.523.080	1.272.186	2.795.266	1.458.458	1.177.957	2.636.415

Passivo	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		12.047	-	12.047	12.856	-	12.856
Empréstimos e financiamentos		53.924	-	53.924	50.559	-	50.559
Obrigações sociais e trabalhistas		6.732	(5.591)	1.141	1.739	-	1.739
Tributos a recolher		12.964	(282)	12.682	11.029	-	11.029
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	9.692	9.692	-	10.923	10.923
Dividendos declarados		11.654	-	11.654	11.539	-	11.539
Encargos setoriais		3.374	-	3.374	2.838	-	2.838
Outros passivos circulantes		9.571	5.873	15.444	9.285	-	9.285
Total do passivo circulante		110.266	9.692	119.958	99.845	10.923	110.768
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		1.101.076	-	1.101.076	1.099.662	-	1.099.662
PIS e COFINS diferidos	15.4	-	205.156	205.156	-	242.127	242.127
Tributos diferidos	15.4	94	395.544	395.638	94	345.757	345.851
Outros passivos não circulantes		276	-	276	281	-	281
Total do passivo não circulante		1.101.446	600.700	1.702.146	1.100.037	587.884	1.687.921
Total do passivo		1.211.712	610.392	1.822.104	1.199.882	598.807	1.798.689
Patrimônio líquido							
Capital social		209.694	-	209.694	209.694	-	209.694
Reserva de lucros	16	101.674	661.794	763.468	48.882	579.150	628.032
Total do patrimônio líquido		311.368	661.794	973.162	258.576	579.150	837.726
Total do passivo e patrimônio líquido		1.523.080	1.272.186	2.795.266	1.458.458	1.177.957	2.636.415

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	15.5	283.724	102.042	385.766	284.667	66.504	351.171
Transmissão de energia elétrica		283.724	(283.724)	-	284.664	(284.664)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	324.405	324.405	-	329.955	329.955
Receita de O&M		-	23.159	23.159	-	21.213	21.213
Outras receitas		-	38.202	38.202	3	-	3
Tributos		(29.569)	-	(29.569)	(24.632)	(20.200)	(44.832)
PIS-PASEP		(5.275)	-	(5.275)	(4.442)	(3.555)	(7.997)
Cofins		(24.294)	-	(24.294)	(20.190)	(16.645)	(36.835)
Encargos - Parcela "A"		(3.651)	-	(3.651)	(3.953)	-	(3.953)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.654)	-	(2.654)	(2.545)	-	(2.545)
Taxa de fiscalização		(997)	-	(997)	(1.408)	-	(1.408)
Receita líquida / Ingresso líquido		250.504	102.042	352.546	256.082	46.304	302.386
Resultado antes dos custos gerenciáveis		250.504	102.042	352.546	256.082	46.304	302.386
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(48.056)	30.389	(17.667)	(43.774)	28.646	(15.128)
Pessoal e administradores		(8.803)	201	(8.602)	(4.896)	-	(4.896)
Material		(307)	56	(251)	(598)	-	(598)
Serviços de terceiros		(5.723)	(2.344)	(8.067)	(5.492)	(4.206)	(9.698)
Arrendamento e aluguéis		(46)	-	(46)	(30)	-	(30)
Depreciação e amortização	15.3.1	(32.688)	32.633	(55)	(32.907)	32.852	(55)
Outros		(489)	(157)	(646)	149	-	149
Resultado da Atividade		202.448	132.431	334.879	212.308	74.950	287.258
Resultado Financeiro		(75.183)	-	(75.183)	(93.030)	-	(93.030)
Receitas financeiras		39.137	-	39.137	32.043	-	32.043
Despesas financeiras		(114.320)	-	(114.320)	(125.073)	-	(125.073)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		127.265	132.431	259.696	119.278	74.950	194.228
Despesa com impostos sobre o lucro		(8.978)	(49.787)	(58.765)	(7.276)	(30.112)	(37.388)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício	17	118.287	82.644	200.931	112.002	44.838	156.840

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

15.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 2.322.684 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.258.844 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente pela contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados.

15.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 1.032.960 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.062.810 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

15.2.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

15.3 Intangível

O ajuste de R\$ 17.538 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.077 em 31 de dezembro de 2023), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

15.3.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo imobilizado e passam a ser depreciados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 395.544 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 345.757 em 2023) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 214.848 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 253.050 em 2023), onde todos os efeitos são referentes à aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção e remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

15.5 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e impostos diferidos.

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Saldos conforme contabilidade societária	973.162	837.726
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória (a)		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01) / (CPC 47) (a)	(661.794)	(579.150)
Saldos conforme contabilidade regulatória	311.368	258.576

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	2024	2023
Saldos conforme contabilidade societária	200.931	156.840
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(82.644)	(44.838)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	118.287	112.002

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 168.429, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor de Relações com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado

Diretor

Nierberth Costa Brito

Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto

Superintendente de Ativos e Contabilidade

Contador CRC MA 011842-O-3 S-RS